



PORTARIA Nº 1.201, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à FUSAM Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava, com sede em Caçapava (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 382/2014-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000. 070096/2012-46/MS, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 8.242/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da FUSAM Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava, CNPJ nº 50.453.703/0001-43, com sede em Caçapava (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 26 de outubro de 2013 a 25 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 962, de 17 de novembro de 2011, publicada no DOU de 18 de novembro de 2011, Seção 1, Página 99, onde se lê: "CNPJ nº 88.070-100" Leia-se: "CNPJ nº 08.096.520/0001-51".

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 505, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a alteração da tabela do item 2 do apêndice do Anexo I, da Resolução CONTRAN nº 416, de 09 de agosto de 2012, que trata dos requisitos de segurança para veículos de transportes de passageiros tipo micro-ônibus, categoria M2.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito;

Considerando o que consta do processo nº 80000.019907/2014-95, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a tabela do item 2, requisitos gerais e dimensões para veículos M2, do apêndice do Anexo I, da Resolução CONTRAN nº 416, de 09 de agosto de 2012, que passa a ter as seguintes informações:

"2. REQUISITOS GERAIS E DIMENSÕES PARA VEÍCULOS M2

Os veículos tipo micro-ônibus, da categoria M2 deverão ser submetidos aos requisitos do presente Apêndice.

Requisitos e Dimensões		
Requisitos e dimensões mínimas (mm)	ESCOLAR	PARTICULAR
Espaçamento entre a borda de um assento e o encosto da poltrona à sua frente ou anteparo (1).	250	250
Largura dos assentos (simples e múltiplos) exceto os da última fila (2).	simpl: 400 duplo: 800 tripl: 1000	simpl: 400 duplo: 800 tripl: 1200
Altura dos assentos medida verticalmente desde o piso até a borda superior exceto nas caixas de rodas (1).	380	380
Largura efetiva do corredor deve ser realizada entre as partes interiores mais salientes, medida horizontalmente em qualquer ponto do seu percurso (3).	300	300
(1) Estas dimensões devem ser tomadas na linha de centro das poltronas; (2) A largura dos assentos da última fila pode variar até 10% em função da combinação dos mesmos (simples, duplos, triplos, etc.); (3) Exceto na caixa de roda, a largura mínima do corredor entre os pontos mais externos do banco e da caixa de rodas deve ser de 220 mm. (Vide item 3).		
Nota: Todas as medidas devem ser realizadas com a poltrona na posição normal		

..."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE  
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS  
p/Ministério Dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA  
p/Ministério da Educação

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO  
p/Ministério das Cidades

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO  
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PAULO CESAR DE MACEDO  
p/Ministério do Meio Ambiente

NAUBER NUNES DO NASCIMENTO  
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

PAULO SÉRGIO COELHO BEDRAN  
p/Ministério do Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior

ATA DA 131ª REUNIÃO ORDINIÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2014

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se, no Gabinete do DENATRAN - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Justiça, da Defesa, da Educação, dos Transportes, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Meio Ambiente, das Cidades, sob a Presidência do Senhor Morvam Cotrim Duarte, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Leitura, discussão, deliberação e aprovação da Ata da 130ª Reunião Ordinária de 2014. 2) O Presidente fez a apresentação do Senhor Leonardo Burle Gripp Cotta suplente do representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, informando a publicação no Diário Oficial da União da Portaria 525 de 04 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2014. 3) Estiveram presentes a esta reunião para auxiliar na apresentação dos Processos: Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGI-JF; Rone Evaldo Barbosa, Coordenador Geral de Informatização e Estatística - CGIE; Luiz Otávio Maciel Miranda e Dilson de Almeida Souza, Assessores do DENATRAN e Marilene Santos da Silva, Assistente Técnica. 4) O Conselho tomou conhecimento do Processo 80000.035670/2013-17, que trata da Revisão da Resolução 166 de 2004, com proposta para as Diretrizes da Política Nacional de Trânsito e minuta de resolução, para leitura preliminar e aperfeiçoamento. 5) Conhecimento do Ofício 8743/2014 do DETRAN-SC que informa sobre a edição da Lei Municipal nº 2.396/2014 do Município de Santo Amaro da Imperatriz - SC, que trata de infrações de fiscalização eletrônica das vias públicas. III - Assuntos, questões e propostas examinados preliminarmente: a) Processos: 80000.027832/2014-16 e 80000.006664/2014-25; Interessados: Volkswagen e ANFAVEA; Assunto: solicita esclarecimento acerca da Resolução nº 468/2013. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; b) Processo: 80000.025557/2014-04; Interessado: Sindicato Nacional das Empresas de Transportes e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais; Assunto: Revisão da Resolução 454/2013. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; c) Processo: 80000.033492/2011-10; Interessado: Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo; Assunto: Revisão da Resolução nº 373/2011. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; d) Documento do Senhor Evandro Damico Alves; Assunto: Descarga lançada para baixo. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; e) Processo: 80000.028945/2014-39; Interessado: Reinaldo Bertanha; Assunto: Solicita autorização para utilização de dispositivo de sinalização de intenção de marcha-a-ré. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; f) Documento do Senhor Evandro Damico Alves; Assunto: distancia mínima em relação ao alinhamento do meio fio. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Engenharia da Via, para estudar e apresentar proposta; g) Processo: 80000.032379/2014-60; Interessado: Aline Omega; Assunto: Alteração da Resolução nº 404/2012. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Esforço Legal, para estudar e apresentar proposta; h) Relatório nº 02/2008 da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente; Assunto: Formação diferenciada do condutor de ambulância. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente, para estudar e apresentar proposta; i) Processo nº 80000.031277/2014-27; Interessado: Secretaria de Estado de Segurança Pública - CETRAN/PA; Assunto: Solicita esclarecimento a respeito da permissão de instalação no vidro traseiro dos ônibus ou micro-ônibus utilizados no transporte coletivo de passageiros de dispositivo luminoso de "led" destinado a propaganda publicitária. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; III - ORDEM DO DIA: 1) Processo: nº 80001.003050/2006-71; Interessado: DENATRAN; Assunto: Alteração na Resolução CONTRAN Nº 82/98 que dispõe sobre a autorização, a título precário, para o transporte de passageiros em veículos de carga. Após a leitura de exposição do andamento do Processo e as alterações ocorridas, o Conselheiro representante do Ministério da Educação solicitou vista ao Processo o que lhe foi concedido. 2) Processo nº 80000.026274/2013-91; Interessado: DENATRAN; Assunto: Revogação da Resolução 528/77. Após a leitura da Nota Técnica nº 769/2014/CGIJF, do Parecer CONJUR/CIDADES nº 550/2014, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 501/2014, cuja ementa é: "Declara revogada a Resolução CONTRAN nº 528, de 1977, que proíbe o uso em veículos automotores de aparelho capaz de detectar os efeitos de radar, inclusive o denominado "drive alert" ou similar". 3) Processo nº 80000.015735/2011-38; Interessado: Casa Civil da Presidência da República; Assunto: Alteração da Resolução 258/2007 que trata do transporte de biodiesel. Após a apresentação do representante do Ministério da Justiça, em razão do seu pedido de vista, o Conselho decidiu aprovar a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 502/2014, cuja ementa é: " Acrescenta o artigo 17A a Resolução nº 258, de 30 de novembro de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que regulamenta os artigos 231 e 323 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância de dá outras providências. 4) Processo nº 80000.003287/2011-20; Interessado: DENATRAN; Assunto: Limite de peso por eixo nos veículos utilizados no transporte rodoviário. Após a exposição do Coordenador Geral de Informatização e Es-